

MEIOS DE COMUNICAÇÃO: LUGAR DE MEMÓRIA OU NA HISTÓRIA?

MEDIA: PLACE OF MEMORY OR PLACE IN HISTORY?

MARIALVA BARBOSA

Professora Titular de Jornalismo da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Cultura da UFRJ. Brasil.
mcb1@terra.com.br

Edição v.35
número 1 / 2016

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), v. 35, n. 1
abr/2016-jul/2016

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BARBOSA, Marialva. Meios de comunicação: lugar de memória ou na história? *Contracampo*, Niterói, v. 35, n. 01, pp. 07-26, abr./ jul., 2016.

Enviado em 08 de setembro de 2015 / Aceito em 18 de novembro de 2015

DOI - <http://dx.doi.org/10.20505/contracampo.v35i1.802>

Resumo

O artigo procura discutir até que ponto a categoria teórica lugar de memória seria eficiente para tratar da relação entre meios de comunicação e história. Num segundo momento, para mostrar como os meios de comunicação procuram um lugar na história e não na memória, analisa-se algumas narrativas construídas em torno do acontecimento memorável Abolição da Escravatura, em 1888, mostrando a interdição ao testemunho dos escravos, produzindo camadas de esquecimento em relação a esses atores fundamentais da história do Brasil.

Palavras-chave

Memória. História. Meios de Comunicação.

Abstract

The article discusses to what extent the theoretical category place of memory would be effective to treat the relationship media and history. Secondly, to show that the media seek a place in history and not in memory, we analyze some narratives built around the memorable event abolition of slavery in 1888, showing a ban to the testimony of slaves, producing layers forgetfulness in relation to these key players in the history of Brazil.

Key-words

Memory. History. Media

Introdução

Já se tornou uma espécie de lugar comum afirmar que os meios de comunicação se constituem como um dos “lugares de memória” (NORA, 1984) da contemporaneidade. Baseados na premissa de que ao selecionar fatias do presente (e do passado) como se fossem a totalidade, atesta-se que os meios de comunicação se constituem em lugares de memória da sociedade. Parte-se do pressuposto que, na disputa pela visibilidade do acontecimento, a mídia permitiria uma ancoragem do mundo na sua própria discursividade memorável, tornando-se, em consequência, um dos lugares de memória, a partir de suas características simbólica, funcional e material, os três níveis de realização do memorável como lugar definidos pelo próprio Pierre Nora¹.

Por outro lado, os meios de comunicação, ao construírem uma narrativa sobre um mundo sedimentada, cada vez mais, na ideia do ultra atual, estariam produzindo uma textualidade para o futuro e dando um lugar na história para os acontecimentos que no presente emergem na duração. Há uma articulação própria entre passado, presente e futuro, também em função do sentido temporal dominante no mundo contemporâneo, governado pela lógica da aceleração exacerbada e pela existência de fendas no desejo de futuro.

A partir dessas constatações, diversos autores que se preocupam com a correlação mídia e história, ou seja, em estabelecer laços simbólicos temporais entre passado, presente e futuro, definem de múltiplas formas os meios de comunicação como lugares de memória. Alguns privilegiam as narrativas jornalísticas; outros enfocam de maneira geral como outras narrativas midiáticas que usam o passado; e, finalmente, como produzem textualidades memoráveis num presente que permanece durando e é acionado para dar sentido ao passado².

Além disso, outra discussão toma corpo como preocupação dos que estudam os processos históricos dos meios de comunicação de maneira mais específica e, de forma geral, aqueles que se interessam pela articulação do fenômeno memorável em relação à operação historiográfica (CERTEAU, 1982). Procura-se mostrar as correlações que existiriam entre mídia e história, sobretudo no que diz respeito ao discurso jornalístico, que usa a história como um dos seus articuladores simbólicos (RIBEIRO, 1999 e 2003). No bojo dessa discussão, particularizar as diferenças entre memória e história – o que já fazia parte das reflexões dos historiadores desde os anos 1980 – passou

1 Entre esses estudos citamos Ribeiro (2003), Ribeiro e Ferreira (2007), Barbosa (2007), Barbosa (2008), Barbosa (2012), Gomes (2007), Silva (2009 e 2011), Novaes (2014), Rêgo (2015), entre outros.

2 Cf. Rêgo (2015), Maduell (2015), Novaes (2014), Ribeiro (2007), Barbosa (2007 e 2008), entre outros.

a ser também objetivado por aqueles que se preocupam com o fenômeno histórico tomando como objeto de análise os meios de comunicação.

O objetivo desse texto é produzir uma reflexão sobre a validade de se considerar os meios de comunicação como lugar de memória e até que ponto o conceito construído na década de 1980 se prestaria para definir os jogos memoráveis existentes nas articulações narrativas produzidas pelos meios de comunicação, seja no discurso jornalístico, seja nas tramas ficcionais. Não temos a pretensão de fazer uma revisão historiográfica do uso do conceito de lugar de memória nas dezenas de pesquisas que o adotaram para estudar os meios de comunicação, mas apenas pontuar e discutir até que ponto a categoria teórica seria eficiente para tratar da relação meios de comunicação e história.

No segundo momento, para tornar mais clara a ideia de que os meios de comunicação procuram um lugar na história e não na memória, analisamos algumas narrativas construídas em torno do acontecimento memorável Abolição da Escravatura, em 1888. O objetivo é também mostrar como a interdição ao testemunho produz camadas de esquecimento em relação aos escravos, esses atores fundamentais da história do Brasil. Esses esquecimentos duradouros permanentemente atualizados são transnacionais, transculturais, podendo ser definidos como palimpsestos de esquecimento. Assim, na nossa argumentação, apesar do esquecimento ser categoria fundamental na formatação narrativa dos meios de comunicação no Brasil num tempo que permanece durando, isso não os transformam em lugares de memória da sociedade.

Esgarçamento de um conceito

Um dos marcos significativos da explosão do memorável como articulador conceitual em diversas áreas do conhecimento foi a edição da obra monumental de Pierre Nora, *Les Lieux de Mémoire*, publicada, na França, de 1984 a 1993 e, rapidamente, divulgada em outros países, inclusive no Brasil. Projetada pouco antes de a França comemorar o bicentenário de seu marco fundador mais importante, a Revolução Francesa, a obra arquitetava o conceito como uma espécie de pretexto para a construção de uma história do presente em torno da grande data nacional do país. O objetivo era, em última instância, reconstruir, a partir de lugares de múltiplas naturezas, territórios simbólicos de uma glória passada diante da incerteza daquele inesquecível 1989.

Afinal, no presente que durava, a data se tornou símbolo da construção de um novo tempo. As ruínas dos muros de caíam, o esgarçamento das

certezas contraditórias em torno de um mundo dual que se dividia há décadas entre blocos perfeitamente identificáveis, os movimentos de globalização e mundialização adensados por tecnologias de comunicação que transformavam o mundo, tudo isso era parte de um processo que deixava o século XX para trás e caminhava na direção de um novo milênio. Para François Hartog começava exatamente ali – “com a queda do muro de Berlim e o fim da ideologia que se concebera como ponto mais avançado da modernidade” – um novo regime de historicidade marcado pela inclusão do futuro no presente e por sua imprevisibilidade (HARTOG, 2014, p. 188).

Além disso, desde os anos 1980, a questão teórica da memória ganhava amplitude na cena conceitual. Lugares, trabalhos, restos, rastros, farrapos, vários foram os nomes que tentavam definir e particularizar o conceito que, sob os mais variados prismas, passou a ser discutido tendo em correlação dois caminhos teóricos: ou a aspiração individualista da memória, herdeira da tradição freudiana, ou a definição do seu lugar social capaz de colocar em evidência memórias sociais, coletivas, mas também memórias históricas, decorrentes da percepção sociológica de Maurice Halbwachs (1990).

Paralelamente, outra discussão ganhava destaque naquele momento. Nas últimas décadas do século XX, houve aqueles que afirmavam não haver dúvida de que se vivia um momento de perda de referências e, em consequência, das memórias coletivas, como os autores do chamado pós-modernismo (JAMESON, 1995), enquanto outros afirmavam a existência de uma sedução pela memória naquele limiar do século XXI (HUYSSSEN, 2000).

Mas, diante do esfacelamento do nacional vivido de maneira intensa na virada dos anos 1980, também os lugares de memória, cuja pretensão era reelaborar a teoria de memória coletiva de Halbwachs, tornaram-se um conceito improvável. Ao desmoronamento crescente das identidades nacionais, corresponderam o incremento das especificidades dos grupos e, com ele, o enfraquecimento da ideia de memória coletiva. Como remarca Andreas Huyssen, memória coletiva sempre foi um conceito carregado de nostalgia e não muito realista. “Agora, tornou-se disfuncional e ilusório. A própria memória coletiva tornou-se um *lieu de mémoire*” (HUYSSSEN, 2014, p. 183). A estabilidade de memórias de um grupo ou da nação é muito mais um ideal do que a descrição de uma realidade histórica. Para ele, “a ideia de memória coletiva bloqueia o discernimento dessas batalhas entre passados, que tanto são travadas dentro das nações quanto em contextos transnacionais” (idem, p. 182).

Também Paul Ricoeur (2007) critica a noção denominada por ele “insólitos lugares de memória”. A principal objeção do autor diz respeito à distinção realizada por Pierre Nora entre história e memória no decorrer de

sua argumentação. Nesse sentido, a memória a que se refere se definiria por seu aspecto cultural e não fenomenológico, enquanto a história não seria uma operação abordada pela epistemologia, mas uma “história da história” (RICOEUR, 2007, p. 412-413).

Mas a crítica mais veemente de Ricoeur diz respeito à característica patrimonial contida na noção, achatando as localidades territoriais em favor de uma patrimonialização exacerbada própria do espírito do tempo em que foi concebida, no clímax de um momento em que comemorar significava fazer durar uma glória nacional já inexistente. Dai também a identificação de uma certa nostalgia presente no conceito (idem, p. 419-421).

O próprio Pierre Nora (2008), em texto posterior ao que apresenta a problemática dos lugares, critica a apropriação do conceito por outras áreas, levando-o à pulverização, bem como a sua aplicação a outros espaços históricos que não a França. Reconhecendo sua banalização, o historiador explica que os lugares de memória não seriam mero repositórios, mas sim lugares de trabalhos de memória. Com este reconhecimento, intensifica a possibilidade de construir uma teoria que continuaria aquela de Halbwachs, mas se referindo à história de um presente passando, cuja sociedade é marcada pela articulação discursiva em torno de uma lógica transnacional. Se considerarmos que os fenômenos memoráveis são conflituosos e estão em permanente fluxo no tempo (HUYSEN, 2014, p. 183), há que se pensar igualmente na sua não neutralidade, já que “toda lembrança está sujeita a interesses e usos específicos” (idem, p. 183).

Dessa forma, ao pensar a questão teórica dos lugares de memória, há se que destacar vários aspectos que relacionam o conceito ao momento histórico de sua produção, aos limites a que está submetido e às dificuldades que significam a sua ampliação para universos reflexivos governados por outra ótica – inclusive a da supremacia do presentismo como tempo fundamental de análise – como é o caso dos estudos de comunicação.

Ao se presumir que a mídia de maneira geral ou os meios impressos se constituem como lugares de memória, se está percebendo-os como espaços de articulação da memória coletiva de determinados grupos. Além disso, parte-se da constatação de que a história passou a ser dilatada a partir da ação midiática, passando a memória a ser articulada a partir das disputas operadas no espaço midiático, forjando enquadramentos de memória. Nesse sentido, os meios de comunicação produziram uma espécie de história do tempo presente, realizando para isso uma “operação midiográfica” (SILVA, 2011). Seriam, portanto, os meios de comunicação que dariam espessura à história, sendo nesse sentido também lugares de memória.

A primeira crítica que se pode fazer a esse tipo de apropriação diz respeito

ao seu deslocamento ao se transportar o conceito de um espaço simbólico de significação (a nação patrimonial) para outro (os meios de comunicação de maneira geral). Ainda que na obra de Pierre Nora alguns objetos estudados como "lugares de memória" sejam de fato "inscrições", como os arquivos, as bibliotecas e os dicionários, entre outros, quando se aplica a noção aos meios de comunicação de forma genérica se está presumindo exatamente essa documentação para o futuro como passado existente nas textualidades comunicacionais. Ainda que nem todo o conteúdo fixado nos meios tenham a característica de fato histórico, ao se metamorfosear em documentos para o futuro ganham quase que naturalmente essa função de memória.

A segunda crítica que se pode fazer diz respeito a aplicação do conceito ao que é denominado de maneira genérica como a mídia. Ao se considerar nos estudos de comunicação a chamada mídia, isto é, como uma espécie de entidade supra-conceitual, sem espessura histórica, desconsidera-se a questão das particularidades também de natureza espacial, pressuposto essencial para a adoção da noção de lugar. Assim, desconsidera-se que cada meio está sempre imerso num lugar antes de tudo histórico e num contexto espaço-temporal portador de particularidades. Há, portanto, o movimento de se apropriar do conceito de lugares para aproximá-lo dessa mídia genérica. Se esses artefatos memoráveis foram na obra de Pierre Nora concebidos como materiais simbólicos, mas também funcionais e com materialidade visível para explicar as múltiplas representações de França que permaneceram durando, nos estudos de comunicação presume-se que essa mídia genérica teria nesses atributos as sentinelas de sua construção como lugar memorável.

O terceiro problema da utilização indiscriminada do conceito de lugar de memória aplicado às articulações narrativas dos meios de comunicação é decorrente da não utilização de uma visão processual indispensável quando se pensa historicamente. Assim, a mídia genérica é tomada como emblema exclusivo do tempo presente, como se aquilo que é particularizado como um processo atual fosse forjado a partir de ações que ocorrem apenas nesse presente estendido. Não há a preocupação de correlacionar os processos da ultra-atualidade (temporalidade que caracteriza a maioria das vezes os estudos de comunicação) com os que se atualizam desde um passado, produzindo continuidades que convivem com rupturas. Nesse sentido, os lugares de memória são vistos como atualizações de um passado em direção a um presente e não como uma articulação que é produzida por uma ação do presente. É em última instância o pesquisador por um ato arbitrário que identifica e particulariza os lugares memoráveis midiáticos.

Outra crítica presente na adoção do conceito de lugar de memória diz respeito a não se considerar a dimensão dos esquecimentos sempre presentes

na condição da memória. Normalmente, ao se particularizar objetos ou ações como lugares de memória, aliena-se da reflexão a questão dos esquecimentos, fundamental para se pensar o memorável.

O quarto problema presente na adoção da categoria para os estudos do chamado campo das mídias diz respeito à não distinção entre memória e história. Mesmo adotando a categoria lugar de memória não há, muitas vezes, a preocupação de particularizar que visão de história se está elegendo, já que não há uma única forma de fazer história, nem de considerar a história. Afirma-se que a mídia genérica é um lugar de memória, mas não se procura distinguir memória e história, ação fundamental para incluir a problemática dos lugares, como o próprio Pierre Nora deixa claro no texto que abre a sua obra monumental.

Relacionando memória a uma operação de vida, enquanto a história seria uma operação científica, operando uma “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 9), o historiador enfatiza a característica de a história ser uma operação intelectual, enquanto a memória guardaria ligações estreitas com o tempo presente e com o grupo que a profere. Observa-se uma vez mais na distinção de Pierre Nora sua filiação aos pressupostos de memória social, coletiva e histórica particularizados na obra de Halbwachs.

Mas a distinção entre os dois níveis conceituais é mais complexa do que Pierre Nora deixa antever e deve enfatizar, antes de tudo, a noção de testemunho. As textualidades testemunhais tão caras às produções narrativas dos meios de comunicação, sobretudo às jornalísticas, introduzem a constatação do “eu estava lá”, mas também a sua atestação (se você também estava lá, pode atestar o que eu digo por estar lá) e da sua confrontação (o que eu vi como testemunha é semelhante ou não ao que você também viu por estar lá). Assim, enquanto a memória diz respeito ao nível declaratório do testemunho, a história relaciona-se ao nível documental que atesta a verdade presumida como incontestável presente na epistemologia histórica como discurso verdadeiro sobre o passado. O documento caracteriza-se por sua indicialidade, enquanto o testemunho baseia-se no pressuposto da confiança outorgada a quem estava lá (CHARTIER, 2009, p. 21-22).

A segunda diferença entre memória e história opõe reminiscência e construção histórica e suas explicações, pelo critério das regularidades, das causalidades e das razões. Ou seja, a operação historiográfica busca uma explicação em relação a acontecimentos passados em diversos níveis operativos, enquanto a memória produz o ingresso no passado pelo caminho da reminiscência construída como brecha para esse passado a partir do presente.

A terceira distinção coloca em relação reconhecimento do passado e representação do passado, sendo a memória – a partir do suposto da fidelidade em relação ao passado – a possibilidade de o reconhecer. Já a história, a partir de documentos, que são, a rigor, vestígios desse passado, possui a intenção de acessá-lo a partir da materialidade documental. O enigma do reconhecimento faz parte da operação memorável, enquanto na operação historiográfica está em jogo a representação do passado. Representação munida de *representância*, ou seja, “a capacidade do discurso histórico para representação do passado”. Assim, enquanto a história é regida pela epistemologia da verdade, a memória é regida pelo regime da crença em sua fidelidade ao passado (CHARTIER, 2009, p. 23-24).

Portanto, os meios de comunicação de maneira geral, sobretudo nas narrativas com pretensão a atestar a fidedignidade do que efetivamente se passou, produzem uma articulação textual baseada na noção de testemunho. Assim, os textos jornalísticos, por exemplo, devem mostrar a presença de um sujeito real no desenrolar dos acontecimentos (seja o próprio jornalista ou outros que assumem o papel de testemunhas), confrontar o que é dito entre várias testemunhas e, por fim, colocar em cena o contraditório (opiniões e visões divergentes, no pressuposto de que se deve ouvir os vários lados dos envolvidos na trama para produzir um texto com pretensão à isenção). A partir do nível declaratório do testemunho, produzem uma versão do acontecimento com pretensão a ser desde a sua construção uma espécie de arquivo para a história. Portanto, se pudesse ser feita algum tipo de generalização, o que os meios de comunicação fazem é produzir uma memória presumidamente válida e comum, inserindo-a na história e não na memória.

Meios de comunicação e lugar na memória (e história)

Apesar das limitações do conceito na sua aplicação ao campo das mídias, como estamos procurando mostrar, o lugar de memória tornou-se quase que obrigatório para as pesquisas com alguma dimensão histórica e que correlacionam história e memória. Essa crítica refere-se inclusive às reflexões produzidas por autores que em diversos estudos enfocaram a correlação mídia e memória durante mais de duas décadas. Num primeiro momento a articulação comunicação e história se faz a partir da afirmação que os jornais diários estariam entre os “senhores da memória” da sociedade, ao selecionar temas que deveriam ser lembrados e ao esquecer outros, produzindo a partir de critérios subjetivos uma espécie de classificação de mundo para o leitor (Barbosa, 1993).

A questão central é observar o jogo dialético entre lembranças e esquecimentos produzido pela imprensa, que, assim, constrói o acontecimento como algo que emerge na duração com a marca da anormalidade, como ruptura, também a partir desses jogos memoráveis. Na síntese contida na expressão “senhores da memória”, uma homenagem ao conceito formulado por Jacques Le Goff (1997), ainda que a questão do lugar de memória não esteja explicitamente considerada, há a preocupação de relacionar a problemática da memória com a questão do poder. O desejo de memória identificado nos meios instaura-os como lugares da memória, ao construir o presente para o futuro. (Barbosa, 1996).

A questão dos lugares de memória ganha também relevo na pesquisa que reflete sobre a construção narrativa cerimonial produzida pelos meios de comunicação. Tomando a televisão como objeto empírico privilegiado, afirma-se, a partir da análise de narrativas cerimoniais veiculadas, que a televisão se constrói como um duplo lugar de memória. Os momentos programados de interrupção da programação para as emissões ao vivo nas cerimônias midiáticas (Dayan e Katz, 1996) evocam o passado imemorial e se constituem como a memória possível em relação a um presente permanentemente atualizado. Essas comemorações reatualizariam o passado, a partir de um jogo narrativo que inclui não só o presente, mas sobretudo o futuro (Barbosa, 2000 e 2002).

No momento seguinte e tendo ainda como objeto empírico as chamadas cerimônias televisivas, o centro da reflexão passa a ser a memória do público como possibilidade de nova inscrição narrativa dos eventos passados. Correlacionando história da mídia aos gestos do público, nos quais são fundamentais as operações da memória, mais uma vez a questão do memorável ocupa lugar privilegiado (Barbosa, 2004 e 2007).

Essa obsessão pelo memorável durante mais de uma década (1993 a 2007) levou as pesquisas na direção de uma nova perspectiva – os usos do passado como estratégias narrativas dos meios de comunicação – na qual a questão conceitual da memória está mais uma vez presente. Mas o que se destaca é a ideia de que os meios de comunicação usam como capital simbólico o passado e, nesse sentido, empreendem lutas em torno do direito de falar não apenas do passado, mas do presente numa perspectiva futura, ou seja, como um tempo passando (Barbosa, 2007).

A questão histórica é assim aproximada da questão memorável. Rastros do passado, como testemunhos ou como uma densa cultura material, passam a ser vistos de forma tão significativa que tornam possível a inclusão da possibilidade imaginativa dos meios como materialidade histórica da própria mídia. O objetivo é, ao mesmo tempo, recuperar os usos do passado feitos

pela televisão e construir uma história dos meios de comunicação a partir dos rastros e vestígios presentes também nessas emissões.

A dimensão temporal assume o centro da análise e, como consequência, os usos do passado continuam a ser destacados. Ainda tendo como referência as emissões televisuais, estas aparecem como uma narrativa que evoca o passado para intensificar o presente (emissões comemorativas) ou eternizar uma idealização do passado (as minisséries históricas, por exemplo) (Barbosa, 2009, 2010, 2012 e 2013).

Finalmente, a partir de 2010, um novo projeto coloca em cena mais fortemente a relação comunicação e história, abandonando, de certa forma, o memorável. Entretanto, no decorrer da pesquisa, o duplo da memória, ou seja, o esquecimento, se mostra como conceito fundamental. Não apenas porque há múltiplos esquecimentos em relação ao grupo privilegiado na análise, os escravos, no que dizia respeito a sua possibilidade humana, ou seja, aos seus gestos comunicacionais, mas também porque esses esquecimentos não se limitam a um território geopolítico. Primeiramente, há que se reconhecer que há uma política de esquecimento em relação ao mundo comunicacional da escravidão brasileira. E, em segundo lugar, a diáspora escravidão nos leva a pensar em termos de palimpsestos do esquecimento, que suplanta limites territoriais, tornando-se transnacional.

Nesse sentido, como exercício reflexivo final, procuraremos correlacionar o memorável com a dimensão histórica no estudo da representação pela imprensa desse grupo no momento final do regime escravista. No jogo dialético entre lembrança e esquecimento, a política do esquecimento ganha a supremacia nas narrativas produzidas pela imprensa do século XIX.

Na fala dos outros: palimpsestos de esquecimento e interdição ao testemunho

Há muitos esquecimentos em relação à escravidão. O primeiro deles é o não reconhecimento das práticas comunicacionais desses homens e mulheres que constituíam o maior contingente populacional brasileiro no século XIX. Durante três séculos o Brasil recebeu, segundo estimativas, 1 milhão de escravos vindos de diferentes lugares da África. Aqui produziram modos duradouros de comunicação, misturando as suas práticas orais extremamente complexas, modos letrados de comunicar. Sabiam ler, escrever e contar. Tinham habilidades que os faziam ocupar profissões pouco prováveis, como por exemplo ser livreiros, amanuenses, carpinteiros, mestres chapeleiros, entre dezenas de outras, que mostram o imperativo de manejarem a leitura

e a escrita. Vez por outra, podemos ver as assinaturas que postavam nas cartas de alforria e em outros papéis. Podemos ver também as cartas que escreveram, os poemas que construíram, as escritas de si mesmos, sobre si mesmos e muitas vezes para outros (Barbosa, 2013; 2014). Entretanto esses modos de comunicação foram silenciados por séculos.

Visualizando os jornais de época, podemos estabelecer uma tipologia discursiva na forma como escravos aparecem representados. Até os anos 1870, sobressaíam as descrições nas quais eram portadores de desvios inscritos em suas condutas. Só a partir dos anos 1880 suas faces visíveis surgem mais claramente delimitadas. Notícias sobre maus tratos, informações sobre a crueldade do sistema escravista, aqui e ali, passam a aparecer como notas avulsas em alguns periódicos. Os anúncios, que até os anos 1870 eram frequentes, vão escasseando e vão ganhando paulatinamente destaque notícias que falam da luta dos chamados abolicionistas para acabar definitivamente com a escravidão. As marcas dos escravos como sujeitos narrativos são pouco frequentes nas publicações³.

Para mostrar o jogo dialético produzido pelos jornais da época, em relação à forma como os escravos aparecem representados nos momentos finais do regime escravista, analisamos as notícias publicadas nos dias que antecedem o 13 de maio de 1888 e a semana subsequente. O objetivo é perceber como os jornais representaram esse personagem central daquele maio de 1888, mostrando as produções de esquecimento presentes na trama narrativa. Essas produções evidenciam os meios de comunicação como inscritos na história e não na memória, já que constroem uma narrativa que fixa um instante para o futuro privilegiando aspectos em detrimento de outros (ou seja, produzindo esquecimentos) com a perspectiva de fixar um padrão para um fato que se presume histórico.

Desde os primeiros dias de maio de 1888, os jornais das diversas capitais das Províncias do Império são prolixos em descrever as intrincadas sessões parlamentares em torno de um único tema: a promulgação da lei que aboliria definitivamente a escravidão. A *Gazeta de Notícias* já anuncia, sob o título "Oito de maio", no dia 9 daquele mês na sua primeira página que:

O dia de ontem veio encher de luz uma página em branco da História do Brasil. Em nome da Princesa Imperial Regente, o governo apresentou à Câmara dos Deputados uma proposta abolindo a Escravidão. (...) A proposta deve entrar hoje em segunda discussão e será aprovada pela quase unanimidade

³ Também já se tornou uma espécie de lugar comum a afirmação que a Revista Ilustrada de Ângelo Agostini publicava frequentemente notícias sobre a crueldade do regime escravista. Entretanto, percorrendo a publicação, observa-se que as cenas que mostram as torturas aos escravos e as notícias sobre suas ações contra o cativo são muito mais esporádicas e que só ganham destaque no ano que antecede a Abolição.

da Câmara (*Gazeta de Notícias*, 9 maio 1888, p. 1).

A partir daí e até o dia 13, quando finalmente é aprovada, os periódicos destacam um único assunto: a assinatura da Lei que definitivamente varreria a escravidão do território brasileiro. Quando afinal em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea é promulgada, mais uma vez os protagonistas da trama discursiva são aqueles que possuem voz e rosto na sociedade. A imprensa assume lugar destacado não apenas na divulgação dos acontecimentos, mas como protagonista da ação de liberdade.

Os principais jornais da Corte organizam na redação da *Cidade do Rio*, aonde também funciona a Confederação Abolicionista, uma “grande manifestação popular”; os jornalistas dos periódicos claramente identificados como abolicionistas são saudados pelos que passam em frente de suas sedes; e, finalmente, reúnem-se para definir os “festejos populares” que se realizariam na cidade de 17 a 20 de maio, denominados “Festas da liberdade”. Aproveitando a coincidência com o fato de 13 de maio comemorar também a implantação da Imprensa Régia no país, os donos dos principais periódicos tomam para si a organização das festas.

A redação da Cidade do Rio e a Confederação Abolicionista convidam o povo brasileiro para se reunir hoje, às dez horas da manhã, na rua do Ouvidor, em frente à mesma redação e seguir para o Senado, afim de saudar os ilustres representantes da câmara vitalícia pela passagem da lei de extinção do elemento servil em terceira discussão (*Cidade do Rio*, 13 maio 1888, p. 1).

No dia 14 de maio, todos os jornais da Corte publicam números especiais para marcar a data. Alguns apesar do aumento no número de exemplares se esgotam rapidamente, como ocorre com a *Gazeta da Tarde* e o *Diário de Notícias*. Em função disso, reconhecem a impossibilidade de fazer circular uma segunda edição em função de dificuldades técnicas (os tipógrafos, por exemplo, estavam de licença para participar dos festejos em torno da Abolição) e, assim, repetem no dia seguinte a mesma edição do dia 14 de maio (*Diário de Notícias*, 15 maio 1888, p. 2). No mesmo dia 15 de maio, há o anúncio de que seriam realizadas dos dias 17 a 20 diversas comemorações para celebrar o fim da escravidão nas “Festas da Liberdade”, que incluíam missa campal, desfiles variados, “iluminação e embandeiramento” das ruas da cidade, corridas de cavalos, bailes populares e queima de fogos de artifício.

Numa ação até então inédita, dirigentes de 15 jornais resolvem publicar em conjunto um número especial no dia 21 de maio, noticiando as comemorações dos três dias anteriores. Nesse dia, nenhum dos periódicos que faziam parte do pool de publicações circularia na cidade. Sob o título *A Imprensa Fluminense*, a publicação é uma ação conjunta de *O Paiz*, *Jornal*

do *Commercio*, *Cidade do Rio*, *Gazeta Nacional*, *Diário de Notícias*, *Revista Ilustrada*, *Gazeta da Tarde*, *Época*, *Estação*, *Gazeta de Notícias*, *Diário Mercantil de São Paulo*, *Rio News*, *O Sportman*, *Jornal dos Economistas*, *A Ilustrada*. E apenas *A Imprensa Fluminense* circulou no dia 21 de maio de 1888.

O número especial, com quatro páginas, saudava a iniciativa como indício da harmonia que se criava no país em torno das comemorações pelo fim da escravidão.

Essa união da imprensa que hoje aqui se manifesta sob a forma de um jornal comum e neutro, é apenas um símbolo da união, da conformidade e da harmonia de pensamentos e de vontades no país inteiro (*A Imprensa Fluminense*, 21 maio 1888, p. 1).

Com cinco colunas e reproduzindo as sessões de maior sucesso dos periódicos de então (Coluna da Semana, da *Gazeta de Notícias*; Rua do Ouvidor, do *Diário de Notícias*; Bons Dias, do *Diário de Notícias*, entre outras), publicaram textos produzidos pelos jornais e revistas que faziam parte da publicação, identificando a sua procedência.

Descrevendo detalhadamente os festejos que tomaram conta da cidade, apenas uma brecha narrativa foi aberta para os protagonistas da trama, quando destacaram o clima festivo dominante durante os três dias. O texto deixava antever que havia o medo da desordem e destacava o caráter ordeiro das manifestações.

Em vez de desordens dos profetas de má sorte, o que se viu por essas ruas é festa e festa. E as notícias que nos vêm da roça são ainda de festa. Os pretinhos receberam a notícia domingo, deram vivas como qualquer de nós, e segunda-feira foram trabalhar e mostraram muito mais juízo do que eu, que na segunda-feira, em boa hora o diga, não fiz nada senão dar vivas (*A Imprensa Brasileira*, 21 maio 1888, p. 1).

Ao enfatizar a forma como a Abolição foi recebida também nos campos, o autor destacava mais uma vez o clima de normalidade, como se nada tivesse mudado. Após as comemorações, tudo voltou à normalidade com os “pretinhos” que tinham recebido a notícia no domingo “dando vivas como qualquer de nós” e indo trabalhar na segunda-feira normalmente. Nada havia mudado com a liberdade. De fato, nada mudara.

Não apenas porque já havia um movimento expressivo de substituição dos braços da lavoura por outros e porque desde 1870 a população escrava oficial declinava consideravelmente. A erosão do cativeiro era contínua e intermitente em muitas cidades. Mas, sobretudo, porque os signos da escravidão e das desigualdades continuavam existindo de maneira contundente.

A liberdade, enfim, se anunciava sob a forma de um decreto, mas milhares de homens e mulheres continuavam pelas cidades e pelos campos num regime de exclusão da vida. Se entre 1808 e 1850, os africanos importados para o país certamente morreram escravos, como enfatiza Karasch (2000, p. 479), as representações da escravidão no dia símbolo da liberdade mostram que continuavam ocupando lugar secundário na trama territorial da imprensa.

Ausentes das narrativas ou colocados à margem, muitas vezes são também apresentados de maneira amalgamada, sem rosto e sem voz. O exemplar do jornal *Lanterna Mágica*, publicado, em Recife, em 20 de maio de 1888, talvez sintetize a maneira como a imprensa e os jornais veem o mundo dos escravos. Na edição de oito páginas, com quatro inteiramente tomadas por ilustrações, as comemorações dos cativos são publicadas como rodapé da última página. Essa localização e também a maneira como são representados indicam que naquele mundo em que os jornais e os jornalistas fazem eco para o discurso dos grupos dominantes, mesmo quando se autoproclamam defensores da Abolição, essa é a única possibilidade de visualizá-los (Barbosa, 2013, p. 109).

Essas observações ajudam a pensar que embora haja muitas relações entre escravos e territórios da imprensa. Na imagem moldada para o futuro, a Abolição foi construída como consequência da ação daqueles que tinham voz na sociedade. No dia do clímax, em que se pode dizer enfim a liberdade, a voz ouvida em uníssono é mais uma vez da imprensa que toma para si o papel de guardiã da liberdade, construindo para o futuro a imagem predominante de portadora do discurso positivado sobre a emancipação.

A ausência dos escravos como atores nas descrições dos festejos mostra também que narrativamente são impedidos de figurar como testemunhas daquele acontecimento singular elevado à condição de histórico. Invisíveis nas narrativas da imprensa que marcam o dia da Abolição e os subsequentes que descrevem as festas que tomam conta do país, retira-se desses sujeitos a possibilidade de serem testemunhas históricas de um evento que diz respeito diretamente a suas vidas e ao seu passado.

Apartados das descrições, são também alijados da função de testemunhas da história, embora, em tese, vivam naquele momento o mesmo mundo comum. Não havendo gêneros de vida compartilhados, os seus testemunhos extraordinários do mundo sequer foram transformados em ordinários. Simplesmente se apagaram em jogos de esquecimento prolongados. Se considerarmos que a escrita apresentada sob a forma de marcas de impressão possui a capacidade narrativa de fazer crer (HARTOG, 1980, p. 302), ao serem desconsiderados como personagens interdita-se as suas possibilidades testemunhais, deixando evidente a não confiabilidade de

sua fala no presente e no futuro.

O testemunho é capaz de conduzir cada um de nós ao conteúdo das “coisas do passado”, ao mesmo tempo que efetiva a operação historiográfica. O processo epistemológico instaurado parte de uma memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental. Falar da questão do testemunho, portanto, é se referir ao momento declaratório e sua inscrição (a memória arquivada). Podendo ressurgir toda vez que é acionada, essa memória declaratória inscrita sob a forma documental passa a representar o passado pelas narrativas, através de diversos artifícios retóricos. Enfim, o testemunho é selado pelo arquivamento e sancionado pela prova documental (Ricoeur, 2007).

Como sujeitos históricos apagados das representações da Abolição, são apartados de cada uma dessas ações que constroem a ação testemunhal. Embora estivessem lá, ainda que possam ter exclamado “acreditem em mim” ou ainda podendo ter sua voz confrontada em relação a outros testemunhos produzidos, nada disso foi solicitado. O apagamento da possibilidade testemunhal dos escravos de um ato que dizia respeito direto às suas vidas e às suas memórias impede ainda no futuro o reconhecimento de suas vozes.

Nas representações finais das comemorações pela extinção da escravidão observa-se, portanto, a ausência dos escravos dos territórios da imprensa. Tornaram-se testemunhas não confiáveis não apenas naquele presente, mas também no futuro. Definitivamente, também, nenhum deles é considerado público possível das publicações ainda que nelas houvessem há várias décadas signos expressivos da presença desses homens e mulheres como leitores, escritores e agentes de um mundo comunicacional complexo que se manifesta através de múltiplos gestos.

Considerações Finais

O que essa ausência dos escravos nas notícias sobre a Abolição pode nos induzir a pensar e como se relaciona com a questão de a imprensa se constituir ou não como um lugar de memória da sociedade?

Produzindo uma narrativa repleta do desejo de futuro, construída para permanecer e ser reutilizada, os jornais que descrevem aquele momento desejam ser arquivos da e para a história. Em segundo lugar, é preciso considerar que o formato narrativo tem a pretensão de fixar o tempo, retirando do presente fatias as quais atribuem uma supra significação. Em terceiro, o valor de história que possuem, isto é, reproduzem um sentido de história que é carregado de senso comum: narrar o presente é inseri-lo como verdade no tempo.

Assim, no jogo memorável que os meios de comunicação realizam, no caso particular em que estamos analisando, o esquecimento tem fundamental importância, fazendo com que produzam narrativas para um lugar na história e não na memória. Para isso se valem de artimanhas memoráveis nas quais a formação de campos de esquecimento em camadas sobrepostas, às quais são acrescentadas sempre uma nova camada, se constituem como artifício da narrativa.

As práticas comunicacionais dos escravos são também ações que se situam no limiar do esquecimento também em outros territórios para onde foram levados. São transculturais e transnacionais, revelando formas de dominação desterritorializadas, produzindo esquecimentos que se apagam cada vez mais à medida que se deslocam no tempo. Palimpsestos do esquecimento em fluxo constante e em atualização permanente.

Partindo da proposição que o passado cotejado com outro se apresenta de forma entrelaçada, projetando-se reciprocamente uns nos outros, Huyssen destaca no que diz respeito à memória do trauma a questão da estratégia de suplantação, como se o trauma do outro devesse ser "suplantado, na hierarquia do sofrimento, pelo sacrifício e o sofrimento do próprio sujeito". Suplantar, segundo ele, se opõe a entrelaçar, mas reconhece que essas duas estratégias de política da memória estão indissolúvelmente ligadas (HUYSSSEN, 2014, p. 180-181).

Não se trata de estabelecer hierarquias de memória (e de esquecimento) do sofrimento traumático, construindo uma espécie de ranking para ver quem teria o direito de afirmar o seu como sendo maior diante de outros sofrimentos. Para Huyssen "essa política identitária da memória impede-nos de compreender que esses diversos campos da memória não apenas se ligam e se superpõem, como efetivamente constituem uns aos outros e formam os palimpsestos da memória de nossa época, cada vez mais transnacionais" (HUYSSSEN, 2014, p. 183).

Embora fale especificamente em lembranças encobridoras como estratégias para essas políticas de memória, no argumento de Huyssen está de certa forma ausente a questão do esquecimento. Destacando o fato de se atribuir o sentido histórico do Holocausto a outros fatos históricos, como as ações de extermínio produzidas pelo colonialismo, o autor alemão ignora o esquecimento prolongado a que foram submetidos os movimentos escravistas das colônias europeias. Não que não tenha havido diversas revisões histográficas a respeito do tema, passando-se no Brasil, por exemplo, da teoria do "escravo coisa" à constatação de que estes teriam se revoltado contra o sistema escravista, caminhando-se também na direção da teoria da insurgência. Para mais recentemente, numa perspectiva mais

elaborada, perceberem esses sujeitos nem como passivos, nem como revoltosos indomáveis. Apenas sujeitos históricos que, vivendo, construíam gestos duradouros (e por vezes contraditórios aos nossos olhos) de uma vida complexa. A primeira figura do esquecimento em relação à escravidão pode ser observada no silêncio dominante que paira no ar quando o tema é abordado. É como se não tivesse sido aqui, nas cidades e nos campos, que se escravizou, há pouco mais de cem anos, homens e mulheres. Há um esquecimento de reserva e um esquecimento por apagamento de rastros (RICOEUR, 2007).

Os rastros da escravidão, mas, sobretudo, os restos que indicam a complexa vida dos escravos no território brasileiro, foram sistematicamente apagados. Mas há também o esquecimento de reserva, aquele esquecimento que afeta tão profundamente que coloca marcas duradouras, persistentes, que voltam periodicamente. E de tanto voltar, de tanto ser reconhecido, produz o esquecimento de reserva, ou seja, permanece esquecido, mas como possibilidade de ser novamente reconhecido.

Nessa dimensão, a anistia figura como uma prescrição seletiva e pontual de algo que precisa ser esquecido, instaurando o esquecimento sobre a falta original. Temos aí a dimensão do esquecimento institucional, em que o passado interdito ganha nova dimensão. O objetivo é “apagar a memória em sua expressão de atestação e dizer que nada ocorreu” (RICOEUR, 2007, p. 455).

Ainda que nas camadas de esquecimento em relação à escravidão possamos identificar figuras que se reatualizam quanto mais se deslocam no tempo, observamos também a dimensão de prescrição desse acontecimento monstruoso que permaneceu durando por três séculos. Há também em relação à escravidão, o esquecimento comandado, mas não como anistia. O objetivo é dizer que não ocorreu, mas não para esquecer a falta original. Constrói-se uma interdição duradoura transnacional, transcontinental em camadas que endurecem e sobre as quais outras são construídas num movimento perpétuo de interdição de um passado que tendo existido ainda hoje não é reconhecido plenamente. Portanto, falar da memória em relação aos atributos narrativos dos meios de comunicação é uma reflexão muito mais complexa do que simplesmente chegar a conclusão de que a mídia genérica é um lugar de memória.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Marialva. **Imprensa poder e público**. Os diários do Rio de Janeiro

(1880-1920). Tese de doutorado em História. Niterói: PPGH – UFF, 1996.

_____. **Senhores da Memória**. Tese para concurso público professor titular. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1993.

_____. “Escravos, oralidade e letramento”. In: SACRAMENTO, Igor e MATHEUS, Letícia (org.). **História da Comunicação**: experiências e perspectivas. 1 ed. Rio de Janeiro : Mauad, 2014, v.1, p. 43-65.

_____. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis : Vozes, 2013.

_____. “Imaginação televisual e os primórdios da televisão no Brasil”. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (org.). **História da televisão no Brasil**: do início aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. “Medios de comunicacion y conmemoraciones. Estrategias de reactualizacion y construccion de la memoria”. **Signo y Pensamiento**, v. XX, p.104 - 112, 2002.

_____. “Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História”. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e HERSCHMANN, Micael. **Comunicação e História**. Interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: MauadX, 2008.

_____. “Mídias e usos do passado: o esquecimento e o futuro”. **Galáxia** (PUCSP)., v.12, p.13 - 26, 2007.

_____. “O passado que nos afeta e nos consome: o esquecimento como ação memorável dos meios de comunicação” In: HERSCHMANN, Micael; RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FREIRE FILHO, João (org). **Entretenimento, felicidade e memória**: forças moventes do contemporâneo. 1 ed. São Paulo : Anadarco, 2012, v.1, p. 173-192.

_____. “Os gestos do público e a construção do modelo cerimonial da televisão brasileira”. **Comunicação & Sociedade** , v.41, p.73 - 93, 2004.

_____. “Televisão e usos do passado: a construção da utopia comunicacional”. In: **Comunicação, educação e cultura na era digital**. Teresina : EDUFPI, 2009, v.1, p. 12-27.

_____. “Tempo, acontecimento e celebração: a construção dos 500 anos do Brasil nos gestos comemorativos da TV Globo”. **Comunicação & Sociedade**, v.33, p.67 - 88, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DAYAN, Daniel e KATZ, E. **La télévision cérémonielle**. Paris: PUF, 1996.

GOMES, Nilo Sérgio. "Em busca da notícia: memórias do Jornal do Brasil de 1901". In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lucia Maria Alves. **Mídia e memória**. A produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: MauadX, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. **Le Miroir d'Hérodote**. Essai sur la représentation de l'autre, Paris, Gallimard, 1980.

_____. **Regimes de historicidade**. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**. Modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto/Museu de Arte do Rio, 2014.

_____. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Artyplano, 2000.

JAMESON, F. **Posmodernismo o la logica cultural del capitalismo**. Barcelona: Paidós, 1995.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

LE GOFF, Jacques. Memória. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Casa da Moeda, 1997.

MADUELL, Itala. "O jornal como lugar de memória: reflexões sobre a memória social na prática jornalística". **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)** - v.3, n.2, jul./2014 - dez./2014

SILVA, Sônia Maria de Menezes da. Os historiadores e os "fazedores de História": lugares e fazeres na produção da memória e do conhecimento histórico contemporâneo a partir da influência midiática. **Revista OPSIS**, Goiânia, v. 7, n. 09, jul/dez. 2007

_____. A "MUSEALIZAÇÃO" DO PRESENTE: Mídia, Memória e Esquecimento, questões para pensar a história hoje. **Tempo e argumento**. Revista do Programa de Pós Graduação em História, UDESC, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 123-135. Jan/jun 2009.

_____. A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimento histórico através dos meios de comunicação - A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964, 2011 (DOUTORADO EM HISTÓRIA) Universidade Federal Fluminense.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

_____. **Les Lieux de Mémoire**. La République. Présentation. Entre mémoire et histoire. Paris: Gallimard, 1984.

_____. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire.** Montevideo: Trilce, 2008.

NOVAES, Sonia Barreto de. **Lugares de Memória e mídias digitais:** a narrativa transversal de Batatuba. Tese de Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais. ECA-USP, 2014.

RÊGO, Ana Regina. "A Ditadura Militar no jornalismo: uma abordagem a partir do conceito de lugar de memória". **Revista Brasileira de História da Mídia** (RBHM) - v.3, n.2, jul./2014 - dez./2014

RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lucia Maria Alves. **Mídia e memória.** A produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: MauadX, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. **História da Televisão no Brasil.** São Paulo : Contexto, 2010, v.1, p. 15-35.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. "A mídia e o lugar da história". In: HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). **Mídia, memória e celebridades.** Rio de Janeiro: E-papers, 2003.

_____. "Jornalismo e história: ambiguidades e aparentes paradoxos". **ECO-Pós**, v. 4, n. 1 (1999).

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora Unicamp, 2007.